



## **IDEB: em busca de qualidade na Educação em Bocaiúva – Minas Gerais**

*Shirley Patrícia Nogueira De Castro E Almeida, Marcio Antonio Silva*

### **Introdução**

Nesta pesquisa, em andamento, temos como objetivo analisar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental do município de Bocaiúva, com uma das ações do Projeto de Pesquisa “OS RESULTADOS DO IDEB NOS MUNICÍPIOS DO NORTE DE MINAS – MG: um estudo comparativo dos avanços e desafios”. Em nossa incursão no campo de pesquisa buscamos observar em que medida a gestão municipal tem uma visão sistêmica de sua rede educacional, intervindo para um melhor desempenho de seus alunos. Utilizamos dados quantitativos obtidos mediante consulta em bases de dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e qualitativos provenientes de pesquisa de campo no município de Bocaiúva. Verificamos, inicialmente, que o fortalecimento da dimensão pedagógica foi um dos fatores de aprimoramento da atuação dos educadores concorrendo, também, para a revisão dos conteúdos ministrados adequando-os às reais dificuldades e necessidades de aprendizagem dos alunos. Constatamos, também, que os resultados evidenciados nos anos finais do ensino fundamental são significativamente diferentes daqueles registrados nos anos iniciais, o que nos leva a questionar se as iniciativas da gestão municipal tem se centrado com mais ênfase nos anos iniciais ou se destinam ao sistema educacional como um todo.

### **Material e Métodos**

As fontes para nossa investigação são de natureza diversificada. Entre elas estão: dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC); resultados de avaliações publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP); Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); informativo sobre o Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); documentos da Secretaria Municipal de Educação de Bocaiúva; propostas pedagógicas dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental que comporão nossa análise documental; Plano de Intervenção Pedagógica (PIP) e documentos de recuperação dos alunos produzidos por supervisores (pedagogos) e professores desses dois segmentos. Também nos apoiamos em trabalhos do campo da Educação, especialmente, das Políticas Públicas. Outra fonte importante em nossa investigação é constituída pelos depoimentos de sujeitos – Secretária Municipal de Educação, Gestores de escolas e Professores do Ensino Fundamental, coletados por meio de entrevista semiestruturada.

### **Resultados/Discussão**

A avaliação é um tema polêmico e controverso na medida em que traz em sua gênese interesses diversos e posições diferentes. Há de um lado, os órgãos governamentais que propõe/impõe o sistema de avaliação visando à melhoria da qualidade do ensino no Brasil e há as instituições/sujeitos que implementam as avaliações e que são incumbidos de melhorar seus indicadores. Nesse contexto avaliativo, destacamos o pioneirismo do estado de Minas Gerais quanto à implementação das avaliações no sistema estadual de ensino. Com um recuo na história e na compreensão do processo de avaliação em Minas Gerais, nos anos de 1983/1984, identificamos as primeiras tentativas do governo da época, eleito pelo voto direto, de tentar mapear e diagnosticar os problemas de ensino em Minas Gerais, através do Congresso Mineiro de Educação. Nesse percurso, em 1990, no governo Hélio Garcia redefine-se a política educacional, introduzindo um programa de Avaliação do Ciclo Básico de Alfabetização (AVACBA). Tratava-se de uma iniciativa pioneira no que diz respeito à tentativa de diagnosticar e mapear os problemas de ensino e aprendizagem no Ciclo Básico de Alfabetização. Foi um período de duras críticas por parte de professores e diretores, pois, os resultados dessa avaliação não corresponderam aos investimentos nas escolas públicas estaduais. Os resultados apenas demonstravam o fracasso do ensino, sem uma proposta pontual de intervenção nas escolas. De posse dos resultados, o governo estadual não implementou estratégias de intervenção nas escolas, fato que contribuiu para o descrédito dos educadores que não sabiam o que fazer com os dados da avaliação. Numa perspectiva de reforma educacional, o governo de Eduardo Azeredo, por meio da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) disseminou um discurso de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem nas escolas públicas estaduais por meio da criação de vários programas dentre eles, o Programa de Apoio as Inovações Educacionais – PAIE e o Programa de Capacitação de Diretores – PROCAD, que tiveram seu término em 1998. Em 2000, o governo do Estado de Minas Gerais implantou o



Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE), cujo objetivo era avaliar as competências e conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática.

## Conclusão

Os depoimentos obtidos junto à equipe de gestão da Secretaria Municipal de Educação de Bocaiúva reiteram o valor que os dados do IDEB têm para o acompanhamento e a gestão educacional do município. A equipe salienta que os dados sinalizam para as intervenções que precisam ser feitas, pontualmente, em escolas e turmas com baixo IDEB, propondo por meio de um Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), a correção das defasagens conceituais. A estratégia que tem sido utilizada consiste em fazer enturmação de estudantes tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais, que tiveram resultados nos níveis baixo, intermediário e recomendado. A finalidade da enturmação é trabalhar as dificuldades e potencialidades específicas de cada segmento/agrupamento. Contudo, o descompasso revelado nos resultados oficiais do IDEB sobre o desempenho dos estudantes dos anos iniciais e dos anos finais nos conduz a questionar se há uma ênfase e investimento maior no primeiro nível (anos iniciais) em detrimento último nível (anos finais), ou ainda se, o investimento na formação dos professores dos anos iniciais tem sido um diferencial para sua melhor atuação e para a obtenção de melhores resultados. Outro aspecto que carece de investigação, é se os conteúdos e a complexidade do processo de ensino e de aprendizagem (professores especialistas em suas áreas, ausência de interdisciplinaridade, conceitos mais complexos, metodologias mais diretivas e pouco integrativas, carência de recursos pedagógicos) dos anos finais contribuem para resultados aquém do desejado. Quando pontuamos tais questões, a equipe de gestão da Secretaria Municipal de Educação esclareceu que, até o momento, não identificou as variáveis que explicam o descompasso entre os resultados do IDEB dos anos iniciais e finais. Esse será nosso próximo investimento de pesquisa.

## Referências

- [1] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.
- [2] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino. Brasília: Inep, 2008.
- [3] FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília: Inep, 2007. 26 p. (Textos para Discussão, 26).

Aprovação Comitê de Ética: CEP/UNIMONTES 531.726/21/02/2014